

MEMÓRIA E LUTA POLÍTICA DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Francilene Cardoso*

RESUMO

Recorrendo à teoria social de Walter Benjamin e de autores brasileiros, procuramos compreender, a partir do processo de modernização do Brasil e das condições materiais da população negra brasileira, o modo como se deu a construção da memória da herança escravista e quais foram os efeitos que isso teve nos processos políticos de transformação das desigualdades raciais. Procuramos apontar alguns elementos para pensar esse fenômeno destacando os desafios contemporâneos do movimento negro na sua luta política.

Palavras-chave: Memória. Racismo. Movimento Negro. Luta Política.

INTRODUÇÃO

Passados 125 anos da abolição legal da escravidão no Brasil, a população negra ainda permanece quase invisível e subrepresentada nos diversos espaços da vida social, é a mais pobre e desempregada, o maior número dos que moram nas favelas e nas periferias de todo Brasil e as principais vítimas da violência.

Mas de onde vem essa realidade? Junto com Florestan Fernandes (1964), Octavio Ianni (1988), Clovis Moura (1988), entre outros, cremos que essa realidade seja uma herança do nosso passado escravista que vem contribuindo para a perpetuação das desigualdades sócio-raciais. Neste trabalho, não pretendemos tanto aprofundar as razões, já muito bem tematizadas por estes autores, que levaram a transformação do escravo em negro e mulato a partir da inserção deste último na formação de um país de capitalismo dependente como o Brasil. O que nos interessa aqui é introduzir a seguinte questão: *como se deu o processo de construção da memória desta herança escravista e quais foram os efeitos que isso teve nos processos políticos de transformação das desigualdades raciais?*

Na escravidão, o escravo era uma mercadoria, propriedade do fazendeiro que via o negro como um animal, mão de obra barata, um ser inferior que necessitava ser conduzido a partir das ideias e os valores morais, religiosos, etc. de seu proprietário. Os senhores donos de escravos demonstravam seu poder

* Assistente Social. Doutoranda da Escola de Serviço Social da UFRJ. E-mail: negafranci@yahoo.com.br.

através dos números de escravos que possuíam, o que lhes garantia mais terra, mais produção e mais capital. Essas relações de subordinação sócio-econômica se deram em meio a diferentes formas de resistência dos próprios escravos: alguns se deram às fugas, outros ao suicídio, outros à criação de instituições como as Irmandades religiosas, ou ainda na formação de quilombos distribuídos em diversos estados do país.

A memória desta resistência, individual ou coletiva, é parte da memória dos negros do nosso país, entretanto, esta sofreu uma permanente tentativa de silenciamento, sendo muito mais lembrada a memória vinculada com a religião, a dança, as artes, entre outros, praticadas pelos escravos e sucessivamente pelos negros libertos.

A memória não é neutra: ela se forma a partir de relações de poder. Assim, nas diferentes sociedades, as classes dominantes utilizaram o passado para perpetuar e expandir seu poder e passou-se a produzir memórias homogêneas; nossa história nacional é um exemplo disso. Todos nós conhecemos o mito das três raças que desde nossa infância nos é ensinado na escola a respeito da formação do Brasil: a miscigenação harmoniosa entre brancos, indígenas e pretos que nos é apresentada oculta a existência prévia de nativos, o extermínio e a dominação destes dirigido pelos colonizadores europeus brancos, que, por sua vez, trouxeram sucessivamente africanos na condição de escravos.

Se na sociedade escravocrata os negros eram vistos como coisa, animais, mercadoria, a formação social pós-abolição também vem sendo construída a partir da inferiorização do negro; se o racismo veio colado com o escravismo, este não podia ser superado com uma simples abolição legal da escravidão. O mito de uma miscigenação harmoniosa das três raças veio fundido a outras duas ideologias próprias da nossa formação social: o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento, ideias que estão na base da construção da memória do negro no nosso país.

Esses pilares formam parte da reconstrução da nossa história, vista como um *continuum* de progresso, um processo positivo que vai do arcaico ao moderno, que incorpora uma massa de escravos no projeto civilizatório de modernização capitalista. Para isso, precisou-se apagar o passado de horror, não somente eliminando fisicamente os registros daquele passado como aconteceu com a queima dos documentos ordenada por Rui Barbosa, mas também silenciando, apagando a memória dos vencidos, dos fugitivos, dos insurrectos, dos quilombolas, de todos aqueles que negaram e resistiram ao horror e a barbárie daquele período, os que se mobilizaram a partir do perigo, a partir da ameaça de sua própria existência.

Nesse sentido, num primeiro momento, mas do que responder à questão central colocada nesse trabalho serão apontados alguns elementos para pensar esse fenômeno e se levantará novas questões, a partir das condições materiais nas quais vem se dando esse processo, isto é, das condições materiais atuais da população negra para depois discutir o processo de construção da memória e debater sobre a luta do movimento negro nesse processo e, por fim, apresentam-se as considerações finais.

O passado conhecido a partir dos que tiveram consciência do perigo é o que a nosso ver foi negado, por um lado, esquecido por outro. É isso o que o Benjamin conceberia como memória: esse modo de conhecer o passado a partir da consciência do perigo. É a ausência desta memória que a nosso ver contribuiu também para limitar a luta do movimento negro a uma luta dentro da ordem, como diria o Florestan Fernandes, ou seja, a uma luta pela integração do negro na sociedade capitalista.

ALGUNS NÚMEROS DA QUESTÃO SOCIAL DO NEGRO HOJE

O Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) realiza já há vários anos um trabalho primoroso de pesquisa a partir de registros oficiais do Ministério da Saúde, de Educação, etc., sobre indicadores sociais da população brasileira desagregados por grupos de cor e raça, que demonstra de forma contundente e alarmante o quadro socioeconômico dos negros no nosso país. Vamos dar só alguns exemplos que revelam essa situação a partir do último Relatório de Desigualdades Raciais de 2009-2010.

No que diz respeito à *educação*, a taxa de analfabetismo a nível nacional dos jovens acima de 15 anos de idade, em 2008, correspondia a 6,2% dos brancos e a 13,6 % dos pretos e pardos; no nordeste esta taxa no caso dos pretos e pardos alcança 20,9 %, ou seja, mais de um preto e pardo entre 5 é analfabeto (LAESER, 2010, p. 206). No ensino médio, a taxa de escolarização líquida – que mede a proporção da população matriculada no nível de ensino adequado à sua idade – para a população branca era de 58,4 % em 2006; entre os negros, era de 37, 4 %. (PINHEIRO, 2008, p.5).

No que se refere à *saúde*, só para mostrar alguns dados: em 2008, dos registros de pessoas afetadas por dengue, 82.799 foram brancas, 132.355 pretos e pardos e 123.092 de cor e raça ignorada; entre 2001 e 2008, as pessoas afetada por hanseníase, popularmente conhecida como lepra, foram 47,7% pretas e pardas, 27,0% eram brancas e 23,6% eram de cor ou raça ignorada. Entre

os anos de 2001 e 2007, cerca de 392 mil pessoas que faleceram no Brasil não tiveram a causa de suas mortes conhecida por falta de assistência médica. Destas, 47,0% eram pretas e pardas, 31,1%, brancas e 21,0%, de cor ou raça ignorada. (LAESER, 2010, p. 55).

Da população que em 2008 procurou sistema de saúde e não foi atendida, 37 % era branca, 62,5 % preta e parda e 0,5 % outros (LAESER, 2010, p.63). Nesse mesmo ano, dos que foram atendidos na rede pública de saúde 44,2 % foram brancos, 55 % pretos e pardos, 0,8% outros (LAESER, 2010, p. 68); e na rede privada 64,4% brancos, 34,5% pretos e pardos, 1,1% outros. No mesmo ano, os que tiveram acesso a um plano de saúde particular 65,2% foram brancos, 33,5% pardos e pretos, 1,3% outros (LAESER, 2010, p.71); e ainda no que diz respeito à mortalidade materna, em 2007, as mulheres que faleceram por afecções geradas no ciclo gravídico-puerperal foram em média por mês 70 pretas e pardas e 44 brancas. (LAESER, 2010, p.113).

No que concerne à *segurança alimentar*, em 2004, entre os moradores do domicílio, que afirmaram que os alimentos acabaram antes de terem dinheiro para fazer nova compra, 36% eram pretos e pardos e 16,7 eram brancos (LAESER, 2010, p.127). Em 2007, dos beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF, 34,6% eram brancos e 65,4% pretos e pardos (LAESER, 2010, p. 138). E os indivíduos beneficiários do PBF que foram “libertos do trabalho escravo” em 2009, de um total de 38.572 beneficiários, 28.337 destes foram pretos/as e pardos/as, ou seja, quase 80% das vítimas do trabalho escravo são pretos e pardos (LAESER, 2010, 151).

As desigualdades educacionais e de acesso ao mercado de trabalho se expressam nas *desigualdades de renda* e nos níveis de pobreza da população. De acordo com o IPEA, em 2006, os negros recebiam cerca de metade do salário dos brancos, perfazendo R\$ 502,00 em média por mês, contra R\$ 986, 50 dos brancos (LAESER, 2010, p. 13). Já em 2008, o rendimento médio domiciliar per capita foi de R\$ 781,09 no caso dos brancos, e de R\$ 394,57 no caso dos pretos e pardos (LAESER, 2010, p.186). Em 2008, a população que estava abaixo da linha de pobreza era composta por 7% dos brancos e 15,6% de negros. (LAESER, 2010, p.187).

E, ainda, no que tange aos indicadores de *habitação*, cabe destacar que são os domicílios chefiados por negros aqueles que se encontram sempre em piores condições, seja no tocante à maior probabilidade de estarem localizados em assentamentos subnormais¹, seja no que diz respeito à existência de esgotamento

sanitário, abastecimento de água ou coleta de lixo. Enquanto 2,4% dos domicílios chefiados por brancos estavam localizados em assentamentos subnormais em 2006, este valor para os negros é de 5%, isto é, o dobro.

A questão social do negro se agrava com o nível de *violência* que ele sofre por se constituir como o principal grupo do monumental exército de reserva e por ser o principal alvo das políticas de segurança pública que operam verdadeiros extermínios nas periferias urbanas. Em 2008, o número de homicídios na população branca era de 14.650; já no caso dos negros, esse número chegou a 32.349, mais do que o dobro. De 2002 a 2008, o número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.650, o que representa uma significativa diferença negativa, da ordem de 22,3%, já entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.915 para 32.349, o que equivale a um crescimento de 20,2% (LAESER, 2010, p.56-57).

Os casos de violência policial só têm aumentado principalmente nas grandes cidades. No Rio de Janeiro, antes mesmo das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora-UPP's, foram 10.126 mortos pela Polícia Militar em “autos de resistência” em uma década (de janeiro de 1998 até setembro de 2009), o que a colocou como a polícia que mais mata no mundo². Já com a militarização através das UPP's, a média diária de assassinatos pela polícia chegou a mais de 3 mortos; e se em alguns bairros da Zona Sul as taxas de homicídio por 100 mil habitantes é entre dois e doze mortos, nas favelas e comunidades, são mais de 75 homicídios por cem mil habitantes; o último caso grave foi o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, de 43 anos, morador da Rocinha desde o dia 14 de julho após ser conduzido por policiais para a sede da UPP/Rocinha para um interrogatório. Soma-se a esse quadro o extermínio indireto através do encarceramento em massa de jovens, em sua maioria negros, nos presídios.

MODERNIZAÇÃO, MEMÓRIA E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

Para compreender a origem desse quadro socioeconômico, precisamos regressar brevemente ao contexto histórico e social em que se deu a abolição legal da escravatura.

A escravidão moderna foi a marca principal a partir da qual se constituiu a formação social brasileira. Cerca de 50 milhões de africanos foram trazidos de seu país de origem a partir do século XVI para ser força de trabalho escravo, sendo obrigados à prática de exploração e forçados a romper com sua identidade étnica

e cultural, o que deixou marcas profundas na memória e na subjetividade das gerações tanto desse período quanto daquelas posteriores de maneira que ainda é difícil avaliar os efeitos sobre o mundo contemporâneo.

O Brasil foi o último país a abolir legalmente a escravidão no ano de 1888, após quase 400 anos de regime. Mas de onde vem a ideia de abolir a escravidão? Essa ideia não foi gestada no Brasil, mas veio de fora e ganhou força entre aqueles que ambicionavam a modernização do país. A abolição tornaria possível a implantação do projeto modernizador conservadorista no Brasil, apenas dessa maneira o país poderia ser inserido no mundo do trabalho livre e alavancar a sociedade brasileira para o progresso.

Na formação social que substituiu o escravismo pelo capitalismo dependente, a estrutura econômica e ideológica permanece a mesma, portanto o escravo ganhou a sua “liberdade” e, em muitos casos, sofreu condições de vida ainda piores, posto que já não tinha sua sobrevivência garantida pelo seu senhor, tendo que competir no mercado de trabalho com o branco em situação de desvantagem, dado que era considerado inferior e menos capaz:

o negro cidadão não é o negro escravo transformado em trabalhador livre. O negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente ao lado de outros trabalhadores livres, brancos, nem ainda se modificou substancialmente em seu ser social original. É o escravo que ganhou liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica. (IANNI, 1988, p.239).

Como podemos observar, ao contrário do que o pensamento da época acreditou, o negro não formou o proletariado nascente nas cidades, mas ficou à margem como exigia o sistema capitalista dependente brasileiro, e, paralelamente, foram (re)surgindo elementos ideológicos de barganha social do negro, por exemplo, a ideologia do branqueamento, baseada no preconceito racial, que, por um lado, fortaleceu o não lugar do negro no mercado do trabalho assalariado e, por outro, passou a apresentar o trabalhador branco europeu como o trabalhador ideal para o progresso capitalista.

o auge da campanha pelo branqueamento do Brasil surge exatamente no momento em que o trabalho escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí coloca-se o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O primeiro

representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. (MOURA, 1988, p.79)

A ideologia do branqueamento foi uma ideologia criada pela elite brasileira para justificar a substituição da mão de obra nacional pela estrangeira, que chegou a se materializar numa política migratória sistemática³, patrocinada pelo Estado para dinamizar a economia brasileira por meio da importação do trabalhador europeu supostamente superior em termos raciais e culturais.

Essa ideologia acabou atuando como teia de interesses que se conjugavam dentro de uma visão capitalista dessa transação com capitais em jogo (de empresas comerciais e transportes, principalmente marítimo) e interesses ideológicos e políticos que se completavam; ainda, do ponto de vista subjetivo, atuou como uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir da sua autoanálise (MOURA, 1983, p. 126; e 88). Mesmo economistas como Celso Furtado acreditaram nessa ideologia visto que, segundo ele, eram óbvias as vantagens que apresentavam o trabalhador europeu em relação ao ex-escravo, tais vantagens estariam ligadas a fatores como o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão que retardava sua assimilação e entorpecia o desenvolvimento econômico do país (FURTADO, 2007).

Dessa maneira, interesses econômicos do capitalismo mercantil e políticos-ideológicos determinaram que não integrariam o negro no mundo do trabalho assalariado, ao mesmo tempo consolidou-se a visão do negro como inferior; subjetivamente para o negro restou a fuga das suas origens étnico-raciais e a aproximação dos valores europeus para se sentir e ser integrado no progresso capitalista.

No que tange ao caldo cultural da época, abolida legalmente a escravidão, foi necessário o seu esquecimento. Tal processo se iniciou logo depois pela intelectualidade orgânica da elite brasileira. Em 1890, Rui Barbosa deliberou sobre a queima dos documentos que aludissem à escravidão. No mesmo ano, o poeta pernambucano Medeiros de Albuquerque compôs o Hino da República, que diz em um de seus versos “nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”.

No mesmo período, diz Moura (1988)

quando surge a literatura nacional romântica, na sua primeira fase, surge exatamente para negar a existência do ne-

gro, quer social, quer esteticamente (...) nenhum personagem negro entrou como herói. Tudo o que acontece deve obedecer aos padrões brancos, ou de exaltação do índio, mas de um índio distante, europeizado (...) idealização de um tipo de personagem que não participava da luta de classe ou dos conflitos, como o negro. Descartar o negro como ser humano e heroico para colocá-lo como exótico-bestial e fazer-se uma idealização do índio em oposição ao negro. (MOURA, 1988, p.40)

O índio representava uma farsa ideológica, uma ideia de “bom selvagem”, uma idealização da fuga e escape para evadir a realidade sócio-racial, uma figura que era usada para contrapor-se ao quilombola, ao negro insurreto e revolucionário, que teria desordenado a linearidade harmônica com que vinha se construindo a história e o progresso, tendo representado um instante de “perigo”, em termos benjaminianos, como aprofundaremos abaixo.

Essa ideia de um progresso harmônico continuou forte a partir da obra de Gilberto Freyre, que, em seu livro *Casa Grande e Senzala* (doravante *CGS*), inaugura uma nova leitura da escravidão que teve muita repercussão: essa foi uma “tentativa sistemática e deliberada de caracterizar a escravidão no Brasil, como composta de senhores bondosos e escravos submissos, empaticamente harmônicos, desfazendo a possibilidade de ver esse período como cheio de contradições”. (MOURA, 1988).

Para Freyre (2006), não apenas nossos colonizadores foram bondosos no trato, mas também tinham certa predisposição para a mestiçagem, fator este que contribuiria para a mobilidade social dos negros, que, à medida que fossem se embranquecendo, seriam integrados na sociedade competitiva. Este foi um dos principais argumentos de Freyre para a construção da ideologia da democracia racial que posteriormente foi utilizado para alavancar o desenvolvimento econômico e institucional do país. Segundo Florestan (2007), “era o cruzamento de raças que passava a singularizar a nação, nesse processo que fazia que miscigenação surgisse como sinônimo de tolerância e hábitos sexuais da intimidade se transformassem em modelos de sociabilidade.” (FERNANDES, 2007, p. 13).

Freyre interpretou o Brasil em termos de *CGS* e para ele nossa formação social foi construída num processo de equilíbrio de antagonismos econômicos e culturais, sendo a mais geral e profunda a do senhor e o escravo. A conclusão é de que o nosso Estado moderno deveria ser construído através desse modelo de formação social que tivemos no país de *CGS*, que integra de forma harmoniosa as diversas raças e culturas.

(...) a formação brasileira tem sido, na verdade (...) um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o paria. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (FREYRE, 2006, p.116)

Com essa ideologia da democracia racial, Freyre tentou convencer o Brasil e o mundo de seu suposto equilíbrio social e racial entre a população brasileira, inverteu o real, ou seja, que nossa sociedade foi formada através da exploração e opressão racial, e, em vez de democrática e harmônica, era desigual e racista; também ocultou que tanto indígenas como africanos resistiram de diversas formas a esse quadro histórico; no caso dos africanos escravizados, enquanto classe social, constituíram um dos polos da contradição no Brasil durante o sistema escravocrata, produzindo diversas formas de contestação daquela ordem.

Do ponto de vista do próprio escravo essas reações iam desde os suicídios, fugas individuais ou coletiva, até a formação de quilombos, as guerrilhas, as insurreições cidadinas e sua participação nos movimentos organizados por outras classes e camadas sociais (...) O papel dessas lutas foi sempre solapar as bases materiais e conseqüentemente as relações de trabalho existentes entre senhor escravo. (MOURA, 1988, p. 33)

Freyre era um intelectual atento ao que ocorria no seu país, sabendo articular seus estudos e a atuação política com algumas das principais teorias que fizeram parte do debate sobre a modernização do Brasil atrelado com a questão racial. Muitas dessas interpretações foram utilizadas para colocar em vigor o projeto burguês da modernização de capitalismo dependente e tinham também como preocupação resolver o problema do Brasil em termos raciais, uma vez que a mestiçagem era vista como um problema para o desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, diferente dessa corrente, a mestiçagem para Freyre era nossa maior qualidade, o Brasil teria sido formado através de uma democracia racial: esse foi seu principal debate em *CGS*, alvo de críticas até hoje.

De acordo com Moura (1989), esse mito da democracia racial foi uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e

discriminatória no nível de relações interétnicas; um mecanismo de barragem à ascensão da população negra aos postos de liderança e prestígio social, cultural e econômico; e, como ideologia,

ela se vinculava aos interesses sociais dos círculos dirigentes da raça/classe dominante, nada tendo que ver com os interesses simétricos do negro e do mulato. Por isso, também, não operava como uma força construtiva, de democratização dos direitos e garantias sociais na população de cor. Inscrevia-se contrariamente, entre os mecanismo que tendiam a promover a perpetuação, em bloco, de relações e processos de dominação que concentravam o poder nas mãos dos mencionados círculos dirigentes da raça branca, como sucedera no recente passado escravista.” (MOURA, 1980, p. 319)

Florestan Fernandes, no livro *Integração do negro na sociedade de classes*, aponta três planos da utilidade prática da ideologia da democracia racial:

(...) generalizou um estado de espírito farisaico que permitia atribuir a incapacidade ou a irresponsabilidade do negro os dramas humanos da população de cor da cidade com o que eles atestavam como índices inofismáveis de desigualdade econômica, social e política na ordenação das relações raciais. Segundo, isentou o branco de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante os efeitos sócio práticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação socioeconômica do negro e do mulato. Terceiro, revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre negros e brancos através da exterioridade ou aparência dos ajustamentos raciais forjando uma consciência falsa da realidade racial brasileira. (FERNANDES, 2008, p. 311).

Ainda segundo Florestan (2008), essa consciência falsa acabou por proteger as velhas elites da sua obrigação de introduzir relações efetivamente liberalizadoras no tipo de relações entre brancos e negros no país, ao contrário, ajudou as velhas elites a manterem quase intacto o quadro da dominação tradicionalista e patrimonialista, a base social e a heteronímia da raça negra.

Foi dessa maneira que os intelectuais orgânicos da classe dominante e o Estado brasileiro passaram a construir a memória da escravidão, por um lado, como algo distante que devia ser esquecido, e que, portanto não precisava ser reparada; e por outro, silenciando os processos de luta e resistência como as insurreições, os movimentos radicais, os quilombos, em especial a República de

Palmares, único acontecimento político que conseguiu por em cheque a estrutura econômica e militar colonial.

A TENSÃO ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

Como vimos acima, a memória da população negra não é uma memória construída pelos seus protagonistas e ao mesmo tempo é divulgada pelo Estado burguês na conformação de uma ideia de povo e de nação. Daí, a importância de resgatar essa categoria está relacionada com a necessidade de compreender a constituição da memória política da população negra e os processos que levam a sua fetichização. Num tempo de barbárie e crise do capitalismo, necessitamos recuperar uma memória intempestiva, que ande na contramão da história oficial, e nos ajude a compreender o que está acontecendo hoje com a população negra, além de nos informar sobre o presente algo mais do que já sabemos. Dessa maneira, apontaremos alguns elementos para pensar esse fenômeno e se levantará novas questões a partir dos aportes de Walter Benjamin particularmente sua contribuição no livro *Sobre o conceito de História*.

Benjamin foi um intelectual judeu alemão do século XX, próximo à Escola de Frankfurt e à teoria crítica; não quis abandonar a Europa quando o fascismo se instalou, pois, segundo sua concepção, era necessário encarar de frente a barbárie para arrancar-lhe o segredo de seu poder; o resultado foi sintetizado em algumas teses intituladas “Sobre o conceito de história”. Nessa obra, Benjamin apresenta as respostas políticas de um filósofo quando na Europa não havia nenhum lugar para a esperança. Nesse trabalho, revisitamos algumas teses do autor que nos ajudam a pensar sobre a tensão entre História e memória, ao mesmo tempo em que desvelam uma lógica histórica que se encontra ativa hoje, a lógica do progresso capitalista.

Para Benjamin, o silenciamento das lutas, das revoltas e das experiências de resistência faz parte do projeto da História, como processo positivo, linear, progressivo dos vencedores. Sendo assim, o autor propõe que para se opor a esse projeto é preciso “escovar a História a contrapelo”, expressão que tem um duplo significado: um histórico, ou seja, ir contra corrente da versão oficial da história opondo-lhes a tradição dos oprimidos; e político, ou seja, a necessidade de lutar contra a corrente, pois “deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pelo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e opressão.” (LOWY, 2005, p.74).

Na tese VI do artigo, Benjamin está preocupado com a forma através da qual podemos conhecer o passado; contudo, para o autor, conhecer o passado não é só reconstituir os fatos como eles realmente foram, porque o passado que agora vemos é fruto de uma série ininterrupta de vitórias da classe dominantes, um caminho de progresso para mais liberdade, racionalidade e civilização. Mas conhecer o passado “significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de *perigo*.” (BENJAMIN apud LOWY 2005, 65).

Para Benjamin, o perigo é a ameaça à existência, seja pela aplicação de uma violência externa, como no caso dos escravos ontem ou dos jovens das periferias urbanas hoje, seja pela interiorização por parte da vítima do mecanismo opressor; perigo, portanto, de tornar-se instrumento da classe dominante. O momento do perigo é aquele em que surge a imagem autêntica do passado. Conhecer o passado pressupõe ter consciência do perigo; a memória é esse modo de conhecer o passado a partir da consciência do perigo:

a história conta o que tem hoje, o que ficou, partindo do suposto que a realidade é o que ficou e não o que pôde ter sido se não tivesse ficado interrompido no caminho. A memória se nega a tomar o que temos como se fosse toda a realidade. Desta realidade presente, ou aparente, forma também parte o que está ausente. A memória vê esse buraco, esse vazio, como parte da realidade e essa visão leva a uma valoração muito distinta da realidade que chegou a ser até nós. Se a ciência é feita de fatos, fica claro a incomodidade que lhe pode resultar uma concepção do passado que privilegie o que pôde ser ou o que não tem chegado a ser. (BENJAMIN, apud LOWY, 2005, p.65)

Por exemplo, a República dos Palmares, que foi brutalmente destruída, teve um florescimento tão grande do ponto de vista econômico, político e militar que chegou a ameaçar a economia e a estrutura militar colonial. Foi um evento que “pôde ter sido”, mas “não chegou a ser” já que foi “interrompido no caminho”.

É preciso chamar a atenção para o fato de que o passado oficial sobre a República dos Palmares é um passado fragmentado, simplificado, não por que fosse um passado desconhecido, mas, sim, pelo fato de ter sido esquecido e, conseqüentemente, não ter recebido a devida importância. Porém existe outro passado, lembrado a partir da experiência daqueles que foram derrotados, um passado que narra a história “integral” que não exclui detalhe algum:

hay dos pasados: uno que esta presente en el presente y outro que esta ausente en el presente. El pasado vencedor sobrevive

al tiempo ya que el presente se considera su heredero, el pasado vencido desaparece de la historia que inaugura ese acontecimiento en el que es vencido.” (MATE, 2009, p. 116)

Numa sociedade dividida em classes, a lembrança e o esquecimento podem ser fruto de manipulação externa ao indivíduo ou uma estratégia voluntária que suprime da memória aquilo que não é conveniente lembrar, uma vez que o fato não estaria em harmonia com as predisposições do presente de quem recorda; sendo assim, é necessário esquecer.

É comum, a história nacional ser contada a partir das experiências e visão de mundo de pessoas que exercem ou servem o poder; isso explica, por exemplo, o fato de na história do Brasil, a escravidão de africanos trazidos para este país seja contada de forma branda, tanto da parte dos escravizadores quanto dos escravizados, atribuindo aos primeiros, atitudes paternalistas, e aos segundos, aceitação passiva a escravidão. Todo o trauma causado pela violência da escravidão e a luta escravocrata têm sido negados por essa história.

Esse caráter unificador pode ser visto nas datas celebrativas e nos documentos de barbárie (museus, arquivos, bibliotecas, etc.), entendidos assim por Benjamin devido ao fato de terem nascido da injustiça de classe, da opressão social e política, da desigualdade, e porque sua transmissão é feita quase sempre por massacres e guerras. (BENJAMIM apud LOWY, 2005, p. 79). Por isso, a memória é uma questão de poder, no sentido de produzir memórias homogêneas, integradas e indivíduos fiéis ao ideário da sociedade burguesa.

Nesse sentido, a classe dominante vem se apropriando do passado de determinados grupos sociais para perpetuar sua dominação. Veja-se o caso dos negros, nas celebrações do 13 de maio e da construção de museus onde predominam os seus testemunhos sobre esses grupos, apagando da memória as lembranças que não acreditam importantes para preservar a exemplo das histórias de luta e de séculos de resistência do negro contra a escravidão, como a criação dos quilombos, das irmandades religiosas; ou vejamos o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência negra, em que Zumbi dos Palmares foi transformado em ícone, em produto de consumo, em momento de entretenimento.

Nessa forma fetichizada, de apagamentos, ocultamento e naturalização da memória, os indivíduos passam a se relacionar com o passado como coisas mortas, a vê-lo como algo que foi e já não é mais, isto é, como algo fixo. Porém, poderiam também se identificar com o passado como algo privado de vida, como uma carência e, portanto, como um desejo (frustrado) de realização, enfim, como ruínas, e para Benjamin, as ruínas,

no son naturaleza muerta sino vida frustada, una pregunta que espera respuesta de quien contemple esa vida frustada. La atencion por lo desechado de la lógica de la historia é subversivo, pues la realidad no es solo fáctico, lo que há llegado a ser, sino también lo posible.(BENJAMIN apud MATE, 2009)

Mate (2009) toma como exemplo a experiência chilena: Pinochet é o fáctico, mas se queremos entender a realidade de Pinochet temos que ter em conta a presença da ausência de Allende, ou seja, a experiência abortada. Mas, do mesmo modo, se quisermos entender a questão do negro após a abolição temos que ter em conta, por exemplo, a presença da ausência da experiência da República dos Palmares.

Ainda de acordo com Mate (2009), o próprio da memória então é, primeiramente, a atenção ao passado ausente do presente, e, em segundo lugar, considerar esses fracassos e vítimas não como dados naturais ou harmoniosos, como tentou demonstrar Gilberto Freire em *CGS*, mas como uma injustiça, como frustração violenta.

A partir desse caminho, chegamos, então, a algumas perguntas chave: qual é o passado ausente do presente da memória do negro no Brasil? Como o movimento negro vem utilizando os traços do passado para reavivar uma memória que historicamente vem sendo silenciada?

MEMÓRIA E LUTA POLÍTICA DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

O movimento negro brasileiro começou a se organizar a partir dos anos 30 nos meios urbanos liderados por intelectuais, artistas e sindicalistas negros que criticavam as condições desumanas em que vivia a população negra. O movimento sofreu transformações ao longo dos anos, ficando mais politizado a partir dos anos 70, influenciado pelas lutas por direitos civis nos EUA, e continuou dessa maneira nos anos 80, a exemplo de outros movimentos sociais e de direitos humanos.

Se tem algo que apontamos em comum nesses vários momentos do movimento negro é a demanda pela integração do negro na sociedade de classes nas mesmas condições dos brancos através da luta por reparação da experiência da escravidão, que nos últimos anos tem se expressado nas políticas de promoção da

igualdade racial e nas políticas afirmativas. Só para mencionar algumas, pensemos nas Políticas de Memória com a criação de museus do negro em algumas capitais do país, monumentos e celebrações como o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, a partir da lei 10.639/2003 – que obriga as escolas públicas e privadas ministrarem o ensino de História da África e do negro no Brasil nos currículos escolares para valorização da cultura negra, assim como as políticas de cotas para negros e negras nas universidades federais e em alguns estados em instituições públicas.

Podemos considerar tais conquistas de direitos como um avanço para a emancipação da população negra, no entanto, é preciso questionar de que espécie de emancipação se trata. Karl Marx, na obra *Questão judaica*, coloca que a emancipação política dos judeus, do cristão e da religião no geral é a emancipação do Estado relativamente ao judaísmo e ao cristianismo, na medida em que o Estado, na sua essência, não reconhece nenhuma religião, já que se confessa essencialmente como tal, mas esse comportamento para com a religião é somente o comportamento dos homens que compõem o Estado frente à religião.

O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem. Assim como Cristo é o mediador a quem o homem imputa toda sua divindade, todo o seu constrangimento religioso, também o Estado é o mediador para o qual ele transfere toda a sua não divindade, toda a sua ingenuidade humana. (MARX apud PAULO NETO, 2012, p. 55).

Segundo Marx a emancipação política é aquela em que o Estado é o meio em que o homem se liberta politicamente de alguma barreira, mas essa libertação mediada pelo Estado é abstrata, limitada e parcial. O limite da emancipação política é que ela é uma expressão alienada do homem, ou seja, o Estado pode libertar o homem de uma barreira, mas sem que o homem seja realmente livre dela; ele “não foi liberado da religião; recebeu a liberdade de religião. Não foi liberado da propriedade. Recebeu a liberdade de propriedade” (MARX apud PAULO NETO, 2012, p.70). Por isso, para o autor é preciso pensar numa emancipação que permita a absorção do cidadão abstrato pelo homem individual e fazer desse um ser genérico e solidário com seu próximo. No entanto, para Marx, isso só será conquistado com a supressão de três mediações essenciais, a saber: da mercadoria, do capital e do Estado.

Voltando nossa análise para o movimento negro, esse ainda hoje continua voltado para a integração do negro a sociedade capitalista, assim continua atual a preocupação de Florestan: “Esses movimentos empenhavam-se em abolir distinções sociais que se convertiam automaticamente em privilégios raciais e em alcançar, a curto prazo, igualdade econômica, social e política perante os “brancos”. (FERNANDES 1964, p. 308).

Nesse sentido, as políticas afirmativas, embora venham contribuindo minimamente para melhorar o quadro da questão social do negro, expressam a limitação de um Estado de capitalismo periférico. O limite das políticas afirmativas aparece no fato de que o Estado pode libertar-se de algumas barreiras sem que o homem esteja realmente livre delas; ele pode ser um Estado não racista sem que o negro seja verdadeiramente livre, porque liberdade na sociedade capitalista é uma expressão idealista dos valores de troca; nesse sistema de trocas desenvolvido, são rompidos os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue e de cultura – todos são seres livres – e os indivíduos parecem independentes, mas é mera ilusão, pois se relacionam entre si como indivíduos determinados pela relação de produção (MARX, 2011, p. 110-112). Portanto, eles são livres para competir uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar.

Nesses termos, continua, portanto, atual a preocupação de Florestan Fernandes frente aos movimentos negro brasileiro: “Esses movimentos empenhavam-se em abolir distinções sociais que se convertiam automaticamente em privilégios raciais e em alcançar, a curto prazo, igualdade econômica, social e política perante os “brancos”. (FERNANDES 1964, p. 308). Sua rebelião tinha e continua tendo um cunho integracionista à ordem vigente, sem ameaçá-la; representava, portanto, nos termos de Florestan, uma revolução “dentro da ordem”. Nesse sentido, até que ponto essa revolução dentro da ordem pode ameaçar a ordem? Qual poderia ser o lugar da memória nessa articulação?

PORQUE O FUTURO NASCE DA MEMÓRIA DOS AVÓS OFENDIDOS E NÃO DO IDEAL DOS NETOS SATISFEITOS

A ideologia da democracia racial de Freyre nos levou a pensar, por um lado, que o negro não tinha problemas no país, de que, pelo próprio tipo de colonização que tivemos, não existiram distinções raciais entre nós, e de que todos tinham oportunidades de acumular riqueza, prestígio social e poder; e, por outro lado, a

ideia de que o negro estava satisfeito com sua condição social e que não era preciso reparar a violência da escravidão. Isto, por muito tempo, resultou na omissão por parte do Estado no que tange a políticas de integração social da população negra.

Ao contrário, nos últimos anos, na atual conjuntura política no Brasil, a classe dominante percebeu que tinha que integrar negros no governo, nos negócios e nas posições de poder para reforçar a imagem do Projeto Democrático Popular (PDP) liderado pelo Partido dos Trabalhadores-PT. É um exemplo, além das já citadas políticas públicas afirmativas, o “caso” de Joaquim Barbosa eleito no ano passado como novo presidente do Superior Tribunal Federal: depois que um operário e uma mulher chegaram a dirigir o Executivo, só faltava o Judiciário ser democratizado e dirigido por um representante negro. A classe dominante precisava de Joaquim, um afro-brasileiro com uma forte história de luta, uma vez que o mundo e o próprio STF já estão cheios de homens brancos vinculados aos espaços de poder. A classe dominante estava precisando de uma cara nova.

Assim, podemos dizer que temos negros em postos de poder não só nos municípios, nas Secretarias de Igualdade Racial-SEPPIRs, mas também na justiça – “nunca na história desse país”, como dizia Lula, vimos um fato como esse, em que não só negros e negras, mas toda a sociedade brasileira pode se orgulhar e dizer que, de fato, vivemos numa sociedade democrática racialmente, e que, em nosso país, a *“Igualdade racial é pra valer”*⁶⁴: é nisso que querem nos fazer crer.

A nosso ver, a ideologia da igualdade racial é uma continuidade da ideologia da democracia racial; trata-se de um dos elementos formadores do projeto democrático popular, estrategicamente formulado pelo PT, que inclui alianças com setores conservadores em torno do desenvolvimentismo econômico e de um dado aumento da parcela de distribuição aos setores populares. Temos claro que esse projeto nada tem a oferecer para transformar a nossa condição de subordinação.

Esse projeto político, desde seu início, não excluiu as forças populares – o movimento negro em particular – ao contrário, as absorveu, materializando aquilo de Florestan chamou de Democracia de Cooptação, que se constitui em adotar algumas das reivindicações desse movimento como eixo de seu programa de governo. Tal estratégia política vem sendo levada a frente por Dilma, no entanto, ela já não se sustenta mais, pois os dados sobre a questão social de negro hoje mostram um quadro de desigualdade gritante que não pode ser superada nessa sociedade capitalista.

Tal ideologia de igualdade racial age para manter a dominação de classe, e sua função é seguir ocultando a realidade, escamoteando as contradições

sociais e raciais, para dizer que o Brasil está mais democrático hoje, pois, assim como nos Estados Unidos, conhecido como “a maior democracia do mundo contemporâneo”, os negros teriam a oportunidade de ascender a qualquer posição social. Contudo, ainda que seja verdade que uma pequena parcela de negros obtiveram algumas facilidades para a ascensão social, no Brasil, a grande maioria dos negros ainda está numa situação social em muitos aspectos pior do que no período da escravidão.

Se hoje incrementaram-se as políticas públicas afirmativas para a população negra, também assistimos a um aumento do estado de barbárie em que os negros vivem, tal como nos mostram os dados apresentados no início desse trabalho, nos quais houve um aumento de 20% do índice de homicídios de negros entre 2002 e 2008, enquanto os homicídios de brancos diminuíram na mesma proporção. Da mesma forma, houve um aumento da massa carcerária que, em sua maioria, são negros.

Nesse contexto de barbárie ou de estado de exceção, seria preciso lembrar o passado ausente do presente para entender que esse estado não é casual, nem temporal, mas é um estado de exceção permanente da população negra; é um estado de barbarização da vida social do negro que permaneceu desde a escravidão até nossos dias. É aqui que será fundamental trabalhar a partir da memória:

a memória sabe menos que la historia, pero la memoria quiere decir algo sobre el presente: que si mirando hacia atrás há llegado a la conclusión de que elle **estado de excepción es permanente**, la excepcionalidad seguirá siendo la lógica de historia. la propuesta política de la memoria es interrumpir esa lógica de la historia, la lógica del progreso, que si causó víctimas en el pasado hoy exige com toda naturalidad que se acepte el costo del progreso actual. El problema es la banalización de la vida y de la muerte. Se banaliza la vida cuando se considera um precio a pagar por fines políticos y la muerte es banal porque es una moneda de cambio para la paz.(MATE, 2009,p.120)

Voltando nossa atenção novamente à questão da memória, a nosso ver o movimento negro, em suas diferentes épocas, pensou sua luta mais a partir do passado presente no presente, ou seja, o passado que permaneceu na História até hoje, a partir da vitória dos vencidos; e menos a partir do passado ausente no presente, ou seja, o passado lembrado a partir da memória dos vencidos, a partir da consciência do perigo dos derrotados, o passado que poderia ser, mas não foi por ser brutalmente interrompido. E aqui, de novo podemos tomar como exemplo a

principal experiência de luta e resistência do período da escravidão: a República dos Palmares. Como é lembrada hoje essa experiência? Como é celebrado hoje o dia 20 de novembro, dia do assassinato de Zumbi dos Palmares. Essa data se tornou hoje um dia de festa, de encontro com amigos, de shows na rua, de samba e cerveja, ou seja, é lembrado, na maioria das vezes, de forma despolitizada e superficial. Quem lembra, por exemplo, dentro do movimento negro e da sociedade no geral, que, nesse dia, o que se celebra é o esmagamento de uma experiência que tinha se tornado a principal ameaça política, econômica e militar do sistema colonial escravista? Quem lembra que em Palmares a forma de produção, fundada na propriedade coletiva e no trabalho cooperado, criou um aumento exorbitante da produtividade do trabalho e uma abundância comparada com o sistema escravista que o pôs em cheque? Quem lembra que em Palmares a organização familiar era fundada na poligamia e poliandria e que a prática religiosa era comunitária, não havendo uma casta de sacerdotes que tivessem o monopólio do sagrado? Quem lembra que ao lado de Zumbi tinham mais de 30.000 habitantes que tornaram essa experiência possível? (MOURA, 1981).

A permanência da situação do negro no país nos convida a recordar o sentido da luta de Palmares que a classe dominante quer esquecido. A questão que se coloca, então, é quanto à necessidade da relação entre a memória radical dos vencidos e a necessidade de libertação atual, isto é, entre as exigências do passado e as necessidades do presente. Se considerarmos a necessidade do presente da população negra, veremos o quanto é abarcado por sua memória, pois até agora triunfou a lógica do progresso que, de tanto que avançou, nos levou ao tempo de tentativas de gestão da barbárie⁶, isto é, de criação e técnicas de minimização e contenção da pobreza, a exemplo do Programa Bolsa Família e de controle social via militarização, como as chamadas Unidades de Polícia Pacificadoras-UPP'S, implantadas há cerca de 5 anos nas periferias e favelas do Rio de Janeiro.

O movimento negro trocou a indignação frente às injustiças passadas pela confiança no progresso e na História dominante, acreditando que esse traria o bem-estar às gerações vindouras e desaprendeu, como nos aponta Benjamin na tese XII, que “a emancipação do mundo não se move com promessas de felicidade para nossos netos, mas com a recordação dos avós humilhados” (BENJAMIN apud MATE, 2011, p.260).

Em meio a tanta desgraça, a memória precisa ser ambiciosa, nada pode perder-se no esquecimento. Contudo, como nos coloca Benjamin na tese XII, não basta ter a consciência da história, essa não é suficiente para que o indivíduo

se converta em sujeito histórico. Além disso, o indivíduo precisa agir, a lembrança da injustiça apenas permite que aflore a consciência de que as coisas não podem continuar assim como estão, mas para que esse ser consciente ocupe a História – o lugar que agora é ocupado por aqueles que querem que as coisas continuem tal como estão –, ele tem de agir de modo consequente, uma ação capaz de quebrar a lógica dominante da História (MATE, 2011, p. 309).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a lógica da História causou vítimas no passado e continua produzindo vítimas hoje, é preciso que encontremos um fio que una a revolta das chibatas, a revolta dos Malês e a República dos Palmares, etc., com o genocídio televisado e espectacularizado pelo exército brasileiro na invasão do morro da Alemão pelo BOPE (Batalhão de Operações Especiais) na periferia urbana do Rio de Janeiro, em 2011, e a chacina da Maré no dia 24 de junho de 2013. Continua-se matando hoje em nome do progresso e da paz.

É preciso interromper essa lógica da História, e para isso a importância do projeto político da memória. É preciso fixar um olhar marcado pela dor profunda que foi a escravidão, mas também regressar nos fragmentos do passado para reconstruí-los segundo uma interpretação só tornada possível à luz do presente. É preciso buscar no passado a faísca da esperança, a luz que dá sentido ao que hoje parece inerte.

Nesse sentido, o que quer que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, assim como simboliza o Sankofa, um pássaro da mitologia africana que voa para frente tendo a cabeça voltada para trás⁵, carregando no seu bico um ovo, que seria o futuro. Ele representa a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, levando em conta o que não chegou a ser para iluminar o nosso futuro.

MEMORY AND POLITICAL STRUGGLE OF BRAZILIAN BLACK MOVEMENT

ABSTRACT

Going through social theory of Walter Benjamin and others Brazilian authors, we try to understand, starting from Brazil's modernization process and from material conditions of Brazilian black population, the way how the memory of slavery heritage was built and

which effects it lead to political process of transforming racial inequalities. Some issues related to these phenomena will be raised pointing contemporary challenges of black movements political struggle.

Keywords: Memory. Racism. Black Movement. Political Struggle.

NOTAS

- ¹ Assentamentos subnormais equivalem aos conjuntos constituídos por unidades habitacionais (barracos, casa etc.), que ocupam, ou ocuparam até recentemente, terrenos de propriedade alheia e que estão, em geral, dispostos de forma desordenada e densa e estão ausentes de serviços públicos essenciais: seriam o que costumamos chamar de favelas.
- ² Ver
- ³ Sobre esse tema consultar SKIDMORE, 1976.
- ⁴ Slogan da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, ver site: <http://www.seppir.gov.br/igualdade-racial-e-pra-valer/seppir-convoca-sociedade-para-combate-a-discriminacao-racial>
- ⁵ Ver MENEGAT, Marildo. Sem lenço nem aceno de adeus. In: _____. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan: Insituto Carioca de Criminologia, 2012, p. 25-62.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FREYRE, Gilberto. *Casagrande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Hucitec Curitiba: Scientia ET Labor. 1988.

KARL, Marx. Capítulo do dinheiro. In: _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos e filosóficos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, p. 67-182.

_____. Emancipação Política e Emancipação humana. In: _____. PAULO NETTO, José (Org.) *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 49-72.

LÖWY, Michell. *Walter Benjamin Aviso de Incêndio*. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica. 2005. Edição Brasileira: São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MATE, Reis. *Medianoche em la historia: comentários a las tesis de Walter Benjamin "Sobre lo concepto de historia"*. Córdoba: Trotta, 2009.

_____. *Meia noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin Sobre o conceito de história*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2011.

MENDES, Amauri Pereira. *Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

MENEGAT, Marildo. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

_____. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. In: *Centro de Estudos Afro-Orientais*, Bahia: Afro-Ásia, n.14, 1983.

PAIXÃO, Marcelo L.; Carvano, Luiz, M. *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2009 – 2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/relatorios_gerais.asp>. Acesso em: 1 nov. 2011.

PINHEIRO, L. et al. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3. ed. Brasília: Ipea, SPM, Unifem, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

TEIXEIRA, Marcia. Uma visita a Serra da Barriga no dia 20 de novembro: Símbolo da resistência negra à escravidão, hoje conta com área VIP para ricos e políticos Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/16977>>. Acesso em: 10 nov. 2012.